Memórias do Pagamento de Pessoal

Vice-Almirante (IM-Ref.) Estanislau Façanha Sobrinho

Sou Praça de Aspirante da escola Naval de 12.03.1941, integrante da terceira turma de Intendentes formada por aquela Escola.

Minha primeira comissão, como Segundo-Tenente, foi a de Intendente do Pessoal do veterano Cruzador Bahia, onde permaneci por exatos dezenove meses durante a Segunda Guerra Mundial.

Minha função, além de Ajudante da Divisão "P" e a principal, era a de cuidar do pagamento do pessoal. Era uma faina pesada, especialmente se nos lembramos que àquela época o pagamento de pessoal era feito em espécie, com o dinheiro em envelopes individuais.

Vejamos agora como era a faina. Havia uma folha de pagamento dos Oficiais que eram pagos pessoalmente pelo Oficial Intendente. Depois, cada Encarregado de Divisão cuidava do pagamento de seus homens através das folhas de pagamento elaboradas pela Intendência do Pessoal. Após o pagamento, eram as folhas restituídas à Intendência com o devido certificado de pagamento por parte do Encarregado da Divisão que também havia efetuado seu pedido de troco para permitir o desenvolvimento do numerário.

Com base nos pedidos do troco das Divisões, o Intendente do Pessoal elaborava então, seu pedido de troco final ao Banco do Brasil.

Na data do pagamento, cada OM acompanhado de seus auxiliares, seguranças e transportando maletas e pastas, se deslocava para a tesouraria do Banco do Bra-

sil, portando seu pedido de troco. Era um verdadeiro festivo de homens da MB às portas da tesouraria do Banco do Brasil.

Recebido o necessário, cada Oficial com sua equipe regressava ao seu navio ou OM, onde separava o numerário pelas Divisões, entregando-o a cada Encarregado mediante recibo.

Terminando a faina de pagamento, era feita a prestação de contas com os Encarregados de Divisão, restituindo à Intendência os pagamentos não realizados. Para os baixados a hospital era então organizada uma folha de pagamento dos baixados, cujo pagamento era feito no hospital pelo Oficial IM.

Em caso de navio amarrado à baía, a mala ou sacola com o numerário era amarrada a uma boia salva-vidas.

O Comandante do navio ou seu Imediato recebiam seus pagamentos em suas dependências.

O que representava um sacrifício ainda maior eram os pagamentos realizados fora do Rio, na guerra, especialmente em Salvador e Recife. Sempre havia dificuldades com troco e o dinheiro que, em geral, se apresentava em mau estado.

Os Tenentes pagadores de Pessoal, naquela fase da guerra, eram sofredores, mas faziam tudo com vibração e entusiasmo. Estavam na guerra.

Ao encerrar esse pequeno histórico, como veterano da Segunda Guerra Mundial, aproveito para homenagear os valorosos daquela época que já nos deixaram.

The screenshot displays the SISPAG2 web application interface. At the top, there is a navigation bar with the user's name 'Capitão Sabrina Barbosa' and the system name 'SISPAG2'. Below the navigation bar, there is a search form titled 'Pesquisar Análises de Comandos de Pagamento'. The form includes several sections: 'Folha de Pagamento' with a date field and a checkbox for 'Comando Folha Recusada'; 'Dados de Referência' with fields for 'CPF (14 dígitos)' and 'Número' and a 'Pesquisar' button; 'Dados de OC' with fields for 'Data', 'Número', and 'Nome'; 'Dados de GN' with fields for 'Data' and 'Nome'; 'Processo de Análise' with a 'Status' dropdown and a 'Pesquisar' button; and 'Pesquisa Avançada' with fields for 'Número da Folha', 'Data (dd/mm/aaaa)', 'Número da OC', 'Data (dd/mm/aaaa)', 'Número do Disposto', and 'Data (dd/mm/aaaa)'. There are also buttons for 'Pesquisar' and 'Selecionar'.

Comandos de Pagamento assinados digitalmente

*Capitão-Tenente (T) Sabrina dos Passos Barbosa

O novo Sistema de Pagamento de Pessoal da Marinha, o SISPAG2, contempla em sua modernização o atendimento às necessidades de segurança digital indispensáveis aos atuais sistemas corporativos e para isso, algumas de suas principais funcionalidades utilizam assinatura digital.

Sob a ótica jurídica, um documento é considerado genuíno quando não sofreu alterações e a sua autenticidade pode ser garantida pelo uso de assinaturas, rubricas e marcas especiais (como carimbos e selos). No mundo digital, esta condição pode ser assegurada por meio do uso de assinaturas digitais que conferem validade jurídica, garantem a autenticidade, a integridade e impedem que o autor negue que tenha assinado o documento.

A Medida Provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, permite o uso da certificação digital como forma de ga-

rantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica. A MP também regulamenta os órgãos governamentais e empresas privadas que atuam na certificação e para este propósito, foi criada a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que é composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de Autoridades Certificadoras, que são a Autoridade Raiz (AR), as Autoridades Certificadoras (AC) e as Autoridades de Registro (AR).

A Autoridade Certificadora Raiz é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), responsável pela fiscalização e aplicação de sanções e penalidades em conformidade com a lei. A AR emite, expede, distribui, revoga e gerencia os certificados de uma AC. As Autoridades Certificadoras, por sua vez, emitem os certificados para as Autoridades de

Registro (AR), que fazem o atendimento ao público em geral. Na prática, quer dizer que tudo é gerenciado pela ICP e, conseqüentemente, pelo Governo Federal.

O SISPAG2, atendendo aos padrões de segurança digital e em conformidade com a Medida provisória 2.200-2, utilizará certificados digitais do tipo e-CPF A3¹ padrão ICP-Brasil, armazenado em uma mídia criptográfica do tipo token, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica das Ordens de Serviço geradas ou importadas pelo sistema e, principalmente, dos comandos de pagamento que serão processados.

No SISPAG2, alguns utilizadores do sistema possuem perfis de usuário² que utilizarão assinatura digital. As funcionalidades que possuem esta característica de segurança estão divididas em dois grupos: funcionalidades de assinatura e verificação³ e as funcionalidades de aprovação⁴. As funcionalidades de assinatura e verificação compreendem basicamente a geração de arquivos de comandos de pagamentos para a base online (quando não há conexão com a intranet e é utilizado o módulo *offline* do SISPAG2), a importação de arquivos de comandos de pagamento *offline* e a geração de Ordens de Serviço. Já as funcionalidades de aprovação compreendem a análise e homologação de atualizações cadastrais, análise e homologação de comandos de pagamento, análise e homologação de Ordens de Serviço, autorização e efetivação de comandos de adiantamento, homologação de comandos de pagamento eventuais, importação de arquivos de dados de relação de remuneração *offline*, autorização de comandos de exercícios anteriores e homologação de comandos de devolução de numerário.

Sendo o processamento da folha o coração do Sistema de Pagamento, é de suma importância que seja apli-

cada a máxima segurança às informações referentes às alterações financeiras.

Através da técnica de *Especificação de Casos de Uso*⁵, foram cinco as funcionalidades descritas para homologação de comandos de pagamento utilizando certificação digital. No processo de desenvolvimento, adotado no Projeto SISPAG2, as funcionalidades foram documentadas e aprovadas para só então serem desenvolvidas seguindo a arquitetura definida para o novo sistema. Conforme consta na documentação original, os Casos de Uso Analisar e Homologar Comandos de Pagamento, Analisar e Homologar Comandos de Pagamento no Módulo *Offline*, Autorizar Comandos de Exercícios Anteriores, Homologar Comandos de Pagamento Eventuais e Homologar Comandos de Devolução de Numerários farão uso de uma *Suíte de Segurança*⁶ com algoritmo não comercial que possibilitará a integração entre o SISPAG2 e o *software* das mídias criptográficas utilizadas para o armazenamento do certificado digital.

Para a atividade de Analisar e Homologar Comandos de Pagamento, apenas os usuários com os perfis de Homologador⁷, Gerentes das Atividades de Pagamento⁸ e Auditor⁹ (somente consulta) possuirão credenciais de segurança para acesso e utilização dessa funcionalidade.

O Homologador poderá rejeitar, homologar e reverter a homologação dos comandos de pagamento manuais normais originados por Ordem de Serviço geradas pelo SISPAG2 ou documento de origem associado. Quando a Ordem de Serviço for produzida com

- 1 Certificado digital para pessoa física com validade de três anos.
- 2 Os perfis de usuários definem o conjunto de funcionalidades que o utilizador do SISPAG2 terá acesso para exercer suas atividades no Sistema de Pagamento.
- 3 Funcionalidades que geram um arquivo que é assinado digitalmente e posteriormente tem a sua assinatura verificada para garantir autenticidade e validade jurídica.
- 4 Funcionalidades que possuem informações assinadas digitalmente mas não estarão contidas em arquivo e sim armazenadas na base de dados do Sistema de Pagamento através do qual será possível verificar a autenticidade e conferir validade jurídica.

5 Na Engenharia de Software, um caso de uso (do inglês *use case*) é uma representação de uma unidade funcional provida pelo sistema ou subsistema. A Especificação de Casos de Uso é realizada através dos processos de análise e levantamento de requisitos.

6 A Suíte de Segurança utilizada no SISPAG2 foi desenvolvida pelo CASNAV e possui criptografia militar.

7 O perfil de Homologador será atribuído à quem desempenhar a função de responsável pela verificação e correção dos comandos de pagamento. Atualmente, esta função é desempenhada pelos Agentes de Pagamento.

8 O perfil de Gerente das Atividades de Pagamento (GAP) é um perfil único da OM que possui o perfil IQP (Informante Qualificado Privilegiado), no caso, a PAPEM, e pode ser entendido como um "Administrador" do SISPAG2.

9 O perfil de Auditor confere ao utilizador do sistema o acesso ao log de todas as operações realizadas, o acesso às funcionalidades de auditoria para geração de relatórios e é atribuído somente pelo GAP.

o uso da funcionalidade do SISPAG2, no momento em que for assinada digitalmente pelo Ordenador de Despesas, os comandos de pagamento serão gerados automaticamente e irão refletir as informações constantes no documento criado. Nesta situação, o Fiel e o Agente de Pagamento apenas precisarão conferir se os comandos gerados estão de acordo com a Ordem de Serviço, não sendo necessária a digitação dos comandos de alterações financeiras por parte da Organização Centralizadora (OC).

Na situação tradicional, os comandos de pagamento serão digitados no sistema com base em uma Ordem de Serviço produzida na Organização Militar (OM), recebida de uma OM apoiada ou carregada no sistema através da funcionalidade *Incluir Documento de Origem*, fazendo-se necessária a digitação dos comandos de alterações financeiras por parte da OC, como é feito atualmente.

Uma vez que as alterações financeiras estejam inseridas no SISPAG2, estas deverão passar pelo processo de homologação cuja essência é a utilização do certificado digital para assinar e conferir validade jurídica às informações fornecidas. Após a homologação, os comandos serão enviados para a base de dados do sistema e estarão disponíveis para serem processados na data definida para o processamento da folha de pagamento.

No caso de discordância ou verificação de alguma inconsistência nas alterações financeiras, o usuário homologador não poderá alterar a informação, mas terá a opção de rejeitar o comando, devolvendo-o para a origem. Além da rejeição, uma segunda alternativa é a reversão da homologação, procedimento que deverá ser executado pelo homologador no caso de identificar qualquer discrepância ou comando incorreto após ter realizado

o processo de homologação. Esse ato irá impedir que a alteração financeira já constante no banco de dados do sistema seja processada na folha de pagamento.

O SISPAG2 permite que no caso da geração da Ordem de Serviço a partir do sistema, e consequentemente da geração automática dos comandos de alterações financeiras, cada comando seja homologado, rejeitado ou revertido individualmente.

Por ser o SISPAG2 um sistema desenvolvido na plataforma web, seus usuários podem acessá-lo de qualquer estação de trabalho que esteja conectada à RECIM, inclusive a homologação das alterações geradas ou inseridas no sistema poderá ser feita em qualquer estação devidamente configurada com *driver* da mídia criptográfica a ser utilizada.

Todas as informações inseridas no SISPAG2, incluindo o *login* do usuário, as datas e horários das inclusões de informações e as alterações financeiras e de dados cadastrais, ficarão armazenadas em uma base de dados e disponíveis para recuperação e auditoria. Do mesmo modo, a assinatura digital do homologador fará parte do registro das alterações financeiras conferindo validade jurídica às informações gravadas conforme previsto na legislação vigente.

O objetivo de implementar a certificação digital no SISPAG2, além de aderir aos padrões de segurança do Governo Federal, é resguardar os responsáveis pela prestação das informações manipuladas pelo Sistema de Pagamento de eventuais fraudes e facilitar a identificação da autoria de qualquer registro que resulte em efeito financeiro, uma vez que os registros permanentes do sistema podem ser acessados através das funcionalidades de auditoria.

**Capitão-Tenente (T) Sabrina dos Passos Barbosa
Analista do Projeto SISPAG 2*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória nº 2.200-2/01. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BOOCH; RUMBAUGH; JACOBSON, UML – Guia do Usuário – 2ª Edição, ISBN 8535217843.

PARENTONI, Leonardo Netto. A regulamentação legal do documento eletrônico no Brasil. *Jus Navigandi*, Teresina, ago 10, n. 772, 14 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7154>>. Acesso em: 23 ago. 2013.